



FLACSO
BRASIL

PROGRAMA DE PREVENÇÃO
À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Violências nas Escolas

2ª Edição



Miriam Abramovay



FLACSO
BRASIL

**PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS
VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS**

Miriam Abramovay

Violências nas Escolas

2ª Edição

2021

FLACSO BRASIL

Direção

Salete Sirlei Valesan Camba

Conselho Acadêmico

André Lázaro

Andrea Azevedo

Camilo Negri

Carolina Albuquerque

Florencia Stubrin

Iréri Ceja Cárdenas

Julia Tibiriçá

Kathia Dudyk

Mary Garcia Castro

Miriam Abramovay

Rebecca Igreja

Renata Montechiare

Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara)

Secretaria Acadêmica

Marcelle Tenorio

Coordenação de Comunicação

Marina Baldoni

Organização

Estudos e políticas sobre juventudes, educação
e gênero: violências e resistências

Autora

Miriam Abramovay

Equipe técnica

Lia Magalhães - Diagramação 2ª edição

Margareth Doher - Revisão

ÍNDICE

Introdução	7
1. A escola	8
2. Tipos de violências nas escolas	9
2.1 <i>Homofobia</i>	10
2.2 <i>Racismo</i>	11
2.3 <i>Outros preconceitos</i>	12
3. “Violência dura”	14
Conclusão	18
Bibliografia	20
Algumas questões	21
Dicas de filmes	21

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS

Miriam Abramovay

Introdução

As violências nas escolas constituem fenômeno preocupante. De um lado, pelos efeitos que tem sobre aqueles que a praticam, os que sofrem e os que testemunham. De outro, porque contribuem para tirar da escola a sua condição de lugar de amizade, de prazer, da busca de conhecer e de aprender.

A violência não constitui fenômeno novo na sociedade, apresentando-se de forma complexa e diversificada. Certamente, no universo escolar, as várias manifestações de violência igualmente se fazem presentes, cada vez de forma mais acentuada.

Adotou-se uma concepção de violência que incorpora as ideias de brutalidade, de utilização da força ou intimidação e também noções mais relacionadas com as dimensões socioculturais, a “microviolência” ou aquela violência que acontece no dia a dia das escolas.

As diversas violências, utiliza-se no plural para mostrar os diferentes significados da violência e como afetam a ordem, a motivação, a satisfação e as expectativas de todos os que frequentam a escola, têm efeitos relacionados com a repetência, a evasão, o abandono escolar.

1. A escola

A escola é considerada como uma instituição privilegiada para a formação de crianças, adolescentes e jovens, como já dissemos acima para fazer amigos e também para aprender. No entanto, em muitos casos, a escola possui seus próprios mecanismos de exclusão e seleção social, escolhendo alguns e colocando para fora outros. Esses “outros”, em geral, são os que não conseguem responder às expectativas quanto à aprendizagem, ao comportamento e ao relacionamento com os integrantes da comunidade escolar.

Existem, nesse contexto, diferentes tipos de violências que afetam o cotidiano das escolas, prejudicando crianças, adolescentes, jovens e o corpo técnico-pedagógico, impedindo as escolas de realizar sua principal função social, que é ensinar. Desse modo, essas questões tem efeito direto sobre a qualidade do ensino, a vida de alunos, professores e pais.

É comum que, convivendo-se durante várias horas por dia e fazendo atividades, nem sempre prazerosas para todas as partes, algumas relações se tornem mais complicadas. Tal fato não é em si um problema, mas pode se tornar caso o conflito gere relações violentas. A escola é um local onde indivíduos são obrigados a conviver todos os dias, obedecendo a horários e a normas em comum.

Alguns dos impactos da violência constituem-se em problemas visíveis. Existe o que se pode chamar de violência institucional, que seria a mudança constante e a falta de professores, de diretores e de funcionários, além dos problemas de infraestrutura. A maneira como os alunos se relacionam entre si e também com os professores, diretores etc. é tema fundamental com consequências profundas no que acontece no dia a dia da escola (ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF, 2009).

Outro tipo de situação que prejudica a escola são as regras e normas impostas sem discussão e entendimento. As normas presentes na escola fundamentam a manutenção da ordem escolar e é evidente que devem existir e funcionam quando são conhecidas, entretanto, em muitos casos, as regras nas escolas não são discutidas e combinadas e os alunos e professores não conhecem suas razões.

Essas regras proíbem, por exemplo, o uso de determinados acessórios – como bonés – que são representados como a maneira de ser jovens na nossa sociedade, onde a juventude é vista por muitos de forma negativa e tem como consequência conflitos que

poderiam ser evitados. Assim a escola poderia levar em conta a linguagem e as várias formas de expressão juvenil. Compreende-se que é preciso buscar estratégias de superação dos problemas, criando um ambiente em que a comunidade escolar (alunos, professores, diretores, demais funcionários e comunidade) se sintam pertencentes àquele universo, restabelecendo vínculos e relacionamentos positivos, sem a perda de sua forma de ser.

2. Tipos de violências nas escolas

A escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que se refletem no dia a dia. Assim, recusa-se a tese de que a instituição não reflete somente um estado de violência generalizado que teria origem fora dela. Se fosse dessa maneira se retira do sistema de ensino sua responsabilidade sobre o processo de produção e enfrentamento da violência.

A perspectiva que afasta da escola a condição de produtora de violência não dá conta da complexidade da problemática, pois, como se discute ao longo deste capítulo, a violência na escola é um fenômeno com muitas facetas que assume determinados contornos em consequência de práticas que acontecem nas escolas.

As microviolências podem passar despercebidas e são muitas vezes consideradas normais por todos. Entretanto, possuem um impacto importante na criação de um clima de insegurança. As agressões verbais, especialmente os xingamentos, consideradas microviolências, incivildades, desrespeito, ofensas, modos grosseiros de se expressar e discussões, ocorrem muitas vezes por motivos banais ou ligados ao cotidiano da escola. Dentro de uma concepção ampla do fenômeno da violência e sua interferência no cotidiano escolar, microviolências são vistas efetivamente como violências, e são cada vez mais comuns.

Embora, muitas vezes, as agressões verbais sejam compreendidas como fatos menores, “comportamentos típicos de adolescentes e jovens”, elas têm um impacto sobre o sentimento de violência experimentado por alunos, e podem ser, como se analisará mais adiante, uma das portas de violências físicas. Assim, alunos se ofendem com palavrões, apelidos, difamação, insultos, ofensas. Quando se fala sobre as múltiplas violências ocorridas no espaço escolar, fala-se, principalmente, nas brigas aluno-aluno, entretanto, não se pode esquecer que os membros do corpo técnico-pedagógico dos

estabelecimentos de ensino também são potenciais vítimas e agressores. Os professores queixam-se de insultos, palavrões, palavras agressivas, acusações, ridicularizações, violência verbal por parte dos pais entre outras. No entanto, os alunos também se queixam dos professores, exemplificando a maneira agressiva como muitos deles são tratados: arrombada, retardada, burra, marginais, medíocres, imprestáveis, drogados, raça podre, vagabundos, pobres, vadios etc.

Há outros tipos de violências referentes à raça e à homofobia. O preconceito se relaciona com a crença preconcebida acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de características específicas, acreditando-se em subalternidades naturais de determinados indivíduos por sua raça/cor, maneira de falar, de se vestir etc. e agindo de maneira diferente por se acreditar na inferioridade de alguns e superioridade de outros.

As discriminações nas escolas atingem grupos historicamente relegados socialmente, que enfrentam situações de injustiça cotidianas. O preconceito sofrido tem muita influência quando se trata de alunos, ou seja, adolescentes e jovens. A discriminação na escola não é apenas uma prática individual entre os alunos. São, principalmente, ações e omissões do sistema escolar que podem contribuir para prejuízos na aprendizagem do aluno, influenciando negativamente seu processo de construção da identidade dos adolescentes e jovens.

2.1 Homofobia

Uma das discriminações que mais chama a atenção nas escolas é a homofobia, ou o tratamento discriminatório sofrido por jovens de ambos os sexos tidos como não heterossexuais, legitimada por moralismos em nome da masculinidade. Tal discriminação baseia-se na concepção de que existe uma sexualidade correta, “normal”, que deve ser sinônimo de casar e ter filhos. Assim, a homofobia é legitimada por padrões culturais que condenam práticas não heterossexuais. Com efeito, em uma cultura machista, a homossexualidade representa uma afronta à masculinidade/virilidade.

Em pesquisas realizadas sobre violências nas escolas (ABRAMOVAY; RUA, 2002; ABRAMOVAY et al 2006; ABRAMOVAY; CUNHA; CALAF 2009) as roupas, assim como o jeito ou a forma de se comportar, fornecem indicadores da homossexualidade: meu amigo sempre era chamado de gay pelo estilo dele... Aqui, se a pessoa tiver um jeito estranho para muitos essa pessoa é gay.

Portanto, não é preciso se assumir homossexual publicamente para que a discriminação aconteça: o aparentar já é motivo para chacotas, insultos e humilhações.

Os homossexuais sofrem na escola com agressões verbais, humilhações, isolamento e também com agressões físicas. A falta de abertura das escolas para a discussão e o não entendimento de que isso é uma violência grave faz com que esses alunos não tenham a quem recorrer, tampouco apoio, para enfrentar a situação, sendo excluídos de vários lados, banalizando e naturalizando os comportamentos violentos existentes.

Diversas situações causam constrangimento, magoam, ferem a dignidade e geram baixa autoestima dos estudantes afetados pela homofobia. Podem ter como consequência ainda, constantes trocas de estudantes de sala, mudanças de escola, abandono e reprovações, com impacto direto no fracasso escolar. Além das ofensas sofridas, muitos estudantes identificados como homossexuais são vítimas, também, de agressões físicas.

2.2 Racismo

Um tipo de discriminação muito comum é o racismo, que acompanha a realidade brasileira há muito tempo, e que, mesmo estando sua prática condenada pelo código penal (artigo 2º da Lei nº 9.459, de 1997), ainda se perpetua nas escolas.

Raça deve ser compreendida como um signo, utilizado para organizar ou classificar categorias de pessoas a partir da cor de suas peles. A discriminação racial é produto de um mundo social que classifica pessoas como inferiores e superiores por meio do critério da cor e outros traços dos indivíduos.

No plano das discriminações, instituições, como a escola, podem reforçar, servir à sua reprodução e, com isso, reduzir possibilidades de mobilidade educacional e social de crianças, adolescentes e jovens negros.

No Brasil, os apelidos atribuídos a pessoas identificadas como negras, por exemplo, tendem a ser diversos e ofendem. A ofensa racial cria uma percepção de si mesmo, muitas vezes negativa, com profundos impactos nas opiniões que os jovens tem sobre si mesmo. O racismo não é inofensivo, apesar de ser mascarado, podendo aparecer como brincadeira, por meio de apelidos ou de linguagem corporal que causa dor e sentimento de impotência.

Apelidos identificados em escolas do Brasil, usados em insultos contra pessoas negras, como: assolan, amendoim, beijuda, cabelo de Bombril/cabelo ruim, chiclete de mecânico, chocolate podre, churrasquinho, galinha preta de macumba, cola de asfalto, neguinho da favela, negro safado, pneu/suco de pneu, picolé de asfalto, preta fedida, gorila, saci-pererê, toalha de mecânico, Zé Pequeno, torrada queimada etc.¹

Note-se que na lista de insultos há referências negativas a elementos de religiões afro-brasileiras, indicando a presença na escola de uma orientação cultural avessa não somente à diversidade, mas intolerante em relação a determinadas religiões e práticas culturais, um sentido de desumanização dos negros, ou seja, ao invés de ser chamado pelo nome próprio, o colega recebe um apelido de animal ou objeto. Outros alunos são associados a personagens negros, que representam tipos marginais veiculados em programas de televisão e as meninas, principalmente, sofrem com a rejeição da estética dos cabelos crespos que vai contra a concepção eurocêntrica de beleza.

2.3 Outros preconceitos

Outras manifestações verificadas nas escolas são as discriminações relacionadas às desigualdades econômicas. O preconceito contra a pobreza, manifestado de forma bastante patente é também reproduzido nos estabelecimentos de ensino. Na discriminação pela pobreza, determinados hábitos e bens de consumo podem ser valorizados ou desvalorizados. A discriminação a que são submetidas as pessoas em situação de maior pobreza compromete a construção de um sistema educacional igualitário no sentido amplo.

A discriminação pelas roupas usadas está profundamente entrelaçada com a discriminação pela pobreza. Se a questão da aparência tem grande valor na sociedade atual, atravessando regiões e espaços diversos, ela talvez tenda a ganhar especial atenção no ambiente das escolas, uma vez que os jovens estão atentos aos signos de moda e consumo. Utilizar uma mesma roupa repetidamente ou vestir-se com indumentárias que não estejam em um bom estado de conservação são ações pouco toleradas entre os alunos. No Brasil, por exemplo, apesar do uso obrigatório de uniforme na rede pública de ensino, as demais peças e acessórios vestidos são muito reparados, e seus portadores comumente podem não escapar do olhar preconceituoso. As roupas e outros itens relacionados à aparência são referidos, assim, como determinantes do status de seus proprietários.

¹Todas as expressões foram encontradas nas diversas pesquisas sobre Violências nas Escolas (2002, 2006, 2009).

Outro preconceito associado à questão da pobreza é o de origem regional. O preconceito com aquele que não é daqui se enquadra na falta de respeito por aquilo que não é parecido comigo. A intolerância relaciona-se com o que não faz parte do universo de sentidos familiares, sofrendo preconceito quem tem o sotaque diferente e comporta-se de maneira diversa.

Uma questão importante é a discriminação religiosa. A escola é o espaço onde se encontram crianças, adolescentes e jovens de diferentes níveis e grupos sociais. Assim, indivíduos com diferentes crenças e identidades, inclusive religiosas, convivem e se relacionam cotidianamente.

A discriminação contra adeptos de religiões protestantes, pentecostais e neopentecostais é bastante recorrente, assim como discriminação contra religiões afro-brasileiras. A categoria “macumbeiro” é o xingamento ao qual correspondem seguidores das religiões afro-brasileiras, e está sempre relacionada ao mal e ao errado.

A discriminação relacionada às pessoas com deficiência física mostra como as políticas de inclusão social de pessoas com deficiência física ou intelectual trouxeram para a escola aqueles antes excluídos de sua sociabilidade e construção de conhecimento. Porém, isso não quer dizer que as escolas, na prática, estejam preparadas para receber pessoas com deficiência e criar condições propícias para a convivência delas no ambiente escolar. A intolerância à deficiência, em algumas situações específicas, se confunde com uma intolerância estética, em que o corpo lesionado é visto como feio, e por isto se torna indesejável, não amável e rejeitado.

As questões de discriminação pela estética reproduzem situações de preconceito e rechaço a corpos diferentes do considerado “belo”, “normal” e “desejável” pelo senso comum. É mister desconstruir a categoria de “feio” como algo inexorável e absoluto.

Muitos dos que sofrem com o preconceito e com as humilhações tornam-se cada vez mais desmotivadas para ir à escola. Se a escola pública e gratuita é considerada uma instituição fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e justa, supostamente operando como fator de mobilidade social nos mais diversos grupos, inclusive nos menos favorecidos, a escola pode ser também um espaço reprodutor de desigualdades sociais e de exclusões.

3. “Violência dura”

A escola não é mais um local neutro, resguardado dos riscos exteriores. É evidente que esse tipo de violência tem consequências internas e pode ser analisada dentro da lógica escolar.

O espaço onde a escola se localiza tem influência sobre o seu cotidiano e na percepção de segurança dos alunos e adultos. Aspectos como a infraestrutura urbana, o perfil dos moradores e o tipo de comércio são alguns dos fatores que podem interferir na visão sobre o bairro e sobre a própria escola. Além disso, podem facilitar ou dificultar o acesso à escola, melhorar ou piorar suas condições de segurança. Alteram, portanto, sua rotina, suas relações internas, bem como as interações entre os membros da comunidade escolar com o ambiente social externo.

Entre as diversas manifestações de violência, que são trazidas de fora para dentro das escolas, destacam-se as gangues e o tráfico de drogas, bem como a entrada de armas. O clima de insegurança nos arredores de determinadas escolas tem como agravante a formação de gangues que, em muitos casos, contam com alunos como seus membros.

A violência que vem de fora para dentro da escola é a mais óbvia, a que mais aparece, no entanto, faz-se necessário refletir também sobre as violências que fazem parte do cotidiano, já que elas se encontram articuladas com uma determinada ordem escolar, com questões e problemas que ela mesma tece.

O termo “violência dura” se refere a atos e episódios que podem resultar em danos irreparáveis aos indivíduos e, por isso, exigem a intervenção estatal.

As “violências duras” podem indicar, muitas vezes, que algo está errado. Elas são um sinal que chama atenção para um possível ruptura do sistema que não consegue lidar com os conflitos e desigualdades.

Um exemplo de “violência dura” que se encontra no código penal, as ameaças presentes em todas as escolas mostram-se sob várias formas e intensidades, podendo causar danos físicos e morais para as vítimas. Constituem um indício dos níveis de violência que ocorrem nos estabelecimentos e não podem ser considerados eventos de menor peso, pois alimentam o abuso de poder do agressor e o medo da vítima. A ameaça consta no Código Penal Brasileiro, artigo 47, o que a caracteriza como um ato cujo objetivo é intimidar, amedrontar e criar situações de insegurança.

Vale destacar que, em boa parte das vezes, as motivações declaradas para as ameaças são banais ou não são explicitadas, o que reforça a ideia de certa violência gratuita, naturalizada, nas relações entre os alunos. É possível observar que há entre os alunos agressores uma tentativa de defesa do seu espaço físico na escola. Devido ao clima de intimidação na escola, é frequente que professores/diretores e outros membros do corpo pedagógico expressem sentimentos de insegurança.

Verifica-se que as ameaças têm impactos negativos indiretos sobre o processo de ensino e aprendizagem, comprometendo o desempenho profissional dos professores e a relação do aluno com a escola. As faltas constantes, a desconcentração e o nervosismo podem indicar que alguma coisa está errada com o aluno ou mesmo com algum adulto.

Outra forma de “violência dura” é a agressão física, que é a de maior visibilidade nas escolas, pela contundência dos atos praticados e por suas consequências que, frequentemente, traduzem-se em danos físicos aos envolvidos. Na maior parte das vezes, ela ocorre como meio de resolução de conflitos de diversas naturezas, desde brigas originadas em brincadeiras inicialmente inofensivas até aquelas geradas pela disputa de relações afetivas, passando pelo exibicionismo característico da juventude que, em nossa sociedade, pode-se expressar pelo uso da força, como: pancadaria, “corredor polonês”; murros e enforcamento, entre outras.

As brigas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Muitas vezes as brigas ocorrem como continuidade de brincadeiras entre alunos, podendo ter ou não consequências mais graves.

“Gênero e violência” é um tema que se presta a estereótipos e em nossas pesquisas, encontramos uma certa visibilidade da presença da mulher jovem como agressora. De fato, registra-se que distintos alunos sublinham que elas estariam cada vez mais recorrendo para o que antes era tido como um padrão masculino, brigas, apelando para agressões físicas.

As brigas encontrariam respaldo em expressões sociais difundidas de apologia de comportamentos agressivos, elevando-as à condição de atos a serem incentivados e aplaudidos, por indicarem coragem, virilidade e poder, reproduzindo uma cultura de violência. No entanto, a chamada para um possível aumento da participação das meninas como agressoras e vítimas principalmente nas brigas entre elas, não indica que há mudanças radicais na relação gênero e violência, na escola e os casos de assédio e violência sexual.

As violências sexuais que acontecem nas escolas são sofridas principalmente pelas meninas, por vezes feitas pelos seus colegas, outras pelos professores. Essas atitudes além de funcionarem como violência “dura”, real são parte de uma violência moral reproduzida e ignorada pelas escolas, um tipo de brigas entre os sexos, com abuso de poder.

Os casos de furtos, envolvendo principalmente alunos, mas também adultos das escolas são bastante comuns. A frequência desses casos pode acarretar um sentimento de não pertencimento ao espaço escolar, bem como provocar um sentimento de desconfiança na instituição e nas relações sociais ali estabelecidas. Celulares, máquinas fotográficas digitais, entre outros tantos valorizados pelos jovens, são exemplos de objetos apreciados pelos alunos. Esses objetos, tidos como focos de desejo, são frequentemente furtados tanto de outros alunos como dos adultos das escolas.

A prática de furtos se pauta por satisfazer demandas de uma sociedade de consumo, da exigência de estar na moda, ter objetos comuns e apreciados no grupo, que dão *status*, o que mais empresta complexidade ao que se entende por necessidade, em particular em se tratando de cultura juvenil em um período pautado por valores consumistas. Alguns objetos são eleitos como alvo de desejo, mas sem que os jovens contem com a base material e possibilidades para corresponder às expectativas sociais das propagandas e do que se considera importante entre jovens, um estilo de vida, uma marca, básicos para a composição de identidades.

O furto é considerado um ato de desordem pública. Quando tais atos são repetitivos e ficam impunes, a ideia de cidadania e de confiança nas instituições é enfraquecida, quebrando-se o pacto social das relações humanas e as regras de convivência. As vítimas de incivildades sentem-se desprotegidas, o que pode levá-las a deserdar de espaços coletivos (como a escola).

Os possíveis significados sociais do furto e suas implicações éticas são deixados de lado com a frequência, alimentando-se um sentimento difuso de insegurança.

A presença e o uso de armas nas escolas é outro tema bastante recorrente no discurso dos atores que fazem parte desse contexto. O apelo às armas mostra muitas vezes a necessidade da valorização da masculinidade, do poder e de atitudes viris, revelando a valorização do bandido como herói, ao qual muitos alunos associam poder e força.

O aparecimento de armas no ambiente escolar demonstra a permeabilidade desse espaço e reforça a percepção de que a escola deixou, há muito, de ser um lugar protegido.

Além disso, há que se questionar sobre a facilidade com que os jovens adquirem especialmente armas de fogo que, muitas vezes, são utilizadas para defesa, mas também como símbolo de masculinidade, usado de forma exibicionista entre os colegas.

O recurso às armas em brigas e conflitos, nesses tempos do agravamento da violência na sociedade, chega em grande medida à escola. Armas na escola são sinônimos de extrema insegurança. Contudo, é importante ressaltar que o fato de estarem disponíveis não significa, obrigatoriamente, que sejam utilizadas. O porte de armas pode significar, tão somente, a intenção do indivíduo de proteger-se ou mesmo de exibir-se.

Vale ressaltar que no momento em que se sabe que alguém esteja armado, aumenta a sensação de medo e de insegurança no espaço escolar, alimentando uma espiral de violências. Não há como negar que o uso de armas brancas e de fogo potencializa a ocorrência de incidentes tanto para quem as possui quanto para aqueles que estão em volta. Ademais, a posse de uma arma em situações de conflito aumenta a probabilidade de que desentendimentos e brigas tenham um final trágico.

Também é comum a afirmação de que o uso de armas ganhe significado de símbolo de poder com marcas de gênero, ou seja, de demonstração de masculinidade. Mas, registra-se, principalmente, que as armas são usadas no ambiente escolar para intimidação física e, segundo alguns alunos, “para defesa”.

A associação entre armas e violência pode alimentar o sentimento de insegurança existente na comunidade escolar. A escola passa a ser vista como um lugar desprotegido, dentro do qual se está vulnerável a episódios violentos, especialmente se nela não se pode contar com mecanismos de proteção.

Conclusão

Indagar sobre questões relacionadas à violência e à convivência não são de menor importância. As agressões verbais, quando recorrentes criam sentimento de apatia, de impotência, tristezas. As percepções sobre violência dependem não somente dos valores, mas, principalmente, de certos princípios universais de respeito aos direitos humanos. É consenso que a discriminação está presente na convivência das escolas e que somente a distribuição de renda não é capaz de acabar com a desigualdade por motivo, por exemplo, de raça ou cor. Nota-se que os insultos contra negros, homossexuais, pessoas mais pobres e pessoas com deficiência são corriqueiros e têm como objetivo relegá-las ao lugar social da pobreza, da criminalidade, da marginalização.

Por isso é importante conhecer o que acontece no cotidiano das escolas e o trabalho a ser realizado através de diagnósticos para a construção de projetos de intervenção e convivência escolar, que possam servir para melhorar o ambiente.

Assim, tendo como meta escolas sem violências, é de indiscutível importância identificar medidas para que essas se apresentem como espaços seguros para todos os seus membros. Certamente, é consensual na sociedade que a segurança escolar constitui-se em um valor em si mesma, uma vez que afeta a vida, a integridade física, emocional e psicológica de alunos, professores, funcionários e pais/responsáveis. Ademais, a violência ou a ameaça de violência – em suas diversas modalidades – tem um impacto direto na qualidade da educação, no modo como os professores e estudantes desenvolvem seu trabalho em sala de aula, no ambiente escolar, no rendimento dos alunos e na qualidade de vida de suas famílias.

Diante de tal contexto, faz-se imperioso enfatizar a importância da educação e dos serviços de atenção especializados voltados para “convivência cidadã”; conjugar participação com responsabilidades sociais; resgatar a confiança nas instituições, espaços de socialização e proporcionar oportunidades para atividades culturais, de integração comunitária e trabalhos com a família, entre outros. Todas essas diretrizes indicam que políticas devem ser firmadas nas ações de prevenção de violência e não basear-se em medidas repressivas.

A percepção do fenômeno das violências nas escolas é produto de uma construção a partir de histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores em suas memórias e nas relações que estabelecem ao longo de suas vidas. Nessa medida, as violências

são percebidas, muitas vezes, como um fenômeno comum e corriqueiro no cotidiano daqueles que já vivenciaram situações ligadas a roubo, ameaças, assalto, discriminação, atitudes autoritárias, brigas etc.

Remetendo-se exclusivamente aos profissionais da educação, salienta-se que, ao atuarem em ambientes de insegurança e ameaça, eles se tornam menos capazes de desenvolver todo o seu potencial, são menos criativos em suas aulas e pouco motivados a comparecer às escolas. São também constantes os pedidos de transferência e, conseqüentemente, a substituição desses profissionais. Obviamente, a rotatividade dos profissionais tem um impacto extremamente negativo na qualidade de ensino. Há de se considerar que tal alternância, sobretudo de professores, influencia as relações dos estudantes e da comunidade com a própria escola, aumentando a frustração e provocando insatisfação e isolamento.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, OEI, MEC, 2012. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/portal/pdf/libros/conversando_sobre_violencia.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: RITLA, SEEDF, 2009. Disponível em: <http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=24&Itemid=>. Acesso em: 31 jan. 2015.

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: Unesco; Observatório de Violências nas escolas; MEC, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: Unesco, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, Unaid, Banco Mundial, Usaid, Fundação Ford, Consed, Undime, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: Unesco, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Algumas questões

Questão 1 - Como a violência na escola atinge a atuação dos profissionais da educação?

Questão 2 - O que são as microviolências?

Questão 3 - Por que o racismo e a homofobia podem ser considerados violências?

Questão 4 - Como a violência externa atinge o ambiente escolar?

Questão 5 - O que significa o termo “violência dura”? Exemplifique.

Dicas de filmes

- Filme *O Grande Desafio* (Direção: Denzel Washington. Estados Unidos, 2007) retrata um grupo de debate composto por adolescentes e jovens de uma universidade americana exclusiva para negros, em uma época em que o racismo e a segregação no país são muito fortes. O filme mostra como eles conseguem, pela força dos seus argumentos, mudar a maneira como a sociedade os enxerga.

- Vídeo *A História dos Direitos Humanos* (Documentário produzido por Youth for Human Rights). Disponível em: <http://goo.gl/1qZkD4>

- Documentário “*Pro Dia Nascer Feliz*” (Direção: João Jardim. Brasil, 2005). Sobre as diversas realidades da educação brasileira.

- Documentário “*Paulo Freire Contemporâneo*” (Direção: Toni Venturi. Brasil, 2007).

- Violência escola e comunidade. Parte 1 do documentário da TV Escola do Ministério da Educação sobre violência, escola e comunidade. Experiências de parceria entre escolas e suas comunidades. Disponível em: <http://goo.gl/oFlpWS>

- Violência nas escolas e brigas entre alunos. Violência nas escolas, briga de alunos, educação em alerta. Matéria completa do Fantástico. Disponível em: <http://goo.gl/mjEJoV>

As violências nas escolas constituem um fenômeno preocupante. De um lado, pelos efeitos que têm sobre aqueles que a praticam, os que sofrem e os que testemunham. De outro, porque contribuem para tirar da escola a sua condição de lugar de amizade, de prazer, da busca de conhecer e de aprender.



FLACSO
BRASIL